



Atuação do nutricionista nas ações de educação alimentar e nutricional nos equipamentos públicos do município de Lauro de Freitas, Bahia

Hana Santos Vieira de Sousa¹ e Maria Rita Marques de Oliveira²

O objetivo deste trabalho foi apresentar a experiência vivenciada com a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos equipamentos públicos de Lauro de Freitas-BA, buscando uma reflexão crítica dessa prática frente às diretrizes do Marco de Referência para Educação Alimentar e Nutricional do Brasil. Trata-se de um estudo de caso, do tipo relato de experiência, com base em vivências e pesquisa documental, como matérias publicadas em *site* de prefeitura, *blogs* locais, relatórios e registros fotográficos. Este trabalho permitiu uma reflexão em torno da prática do profissional nutricionista, na qual optou-se por confrontar essa prática com o Marco de Referência, por ser um documento que atualiza a prática do nutricionista no campo de EAN, fortalecendo a intersetorialidade e incorporando possibilidades. A experiência vivenciada e analisada mostrou que é possível aplicar o Marco de Referência na prática de trabalho, visto que todas as diretrizes apresentadas neste documento foram factíveis, porém, só foram aplicáveis porque o município forneceu condições para tal. No entanto, a reflexão mostrou que alguns passos ainda precisam ser dados, como o fortalecimento das ações intersetoriais.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Alimentação saudável; Hábitos alimentares saudáveis; Intervenção nutricional.

Nutritionist performance in food and nutrition education actions in public facilities in the city of Lauro de Freitas, Bahia

The objective of this work was to present the experience lived with the carrying out of Food and Nutrition Education (FNE) actions in public facilities in Lauro de Freitas-BA, seeking a critical reflection of this practice against the guidelines of the Framework of Reference for Food Education and Nutritional in Brazil. This is a case study, of the experience report type, based on experiences and document search, such as articles from the city hall website, local blogs, reports and photographic records. This work allowed a reflection on the practice of the nutritionist professional, in which it was chosen to confront this practice with the Reference Guide, as it is a document that updates the nutritionist's practice in the field of FNE, strengthening intersectorality and incorporating possibilities. The experience lived and analyzed showed that it is possible to apply the Reference Guide in work practice, since all the guidelines presented in this document were feasible, however, they were only applicable because the municipality provided the conditions for it. However, the reflection showed that some steps still need to be taken, such as strengthening intersectoral actions.

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Endereço para Correspondência: E-mail: nutri.hanavieira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1786-7634>.

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1226-4364>.

Keywords: Food and Nutrition Education; Healthy eating; Healthy eating habits; Nutritional intervention.

Submetido em: 27/12/2021

Aceito em: 22/10/2022

INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) se insere no âmbito das políticas públicas pelo contexto da promoção de saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tornando-se um importante instrumento de conhecimento, de prática contínua e permanente, que envolve ações de muitos e diversos profissionais e ações intersetoriais, visando a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais atuais, além do fortalecimento de hábitos regionais, redução do desperdício de alimentos e promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável^[1].

O nutricionista, mediador na prática de EAN, é um dos responsáveis pelo desenvolvimento de atividades educativas, as quais buscam a construção e intercâmbio do conhecimento por meio da transformação das situações^[2]. Tais atividades contribuem, de forma mais efetiva, para a promoção do autocuidado e modificações de estilo de vida^[3].

Ao longo da evolução, a humanidade passou por diversas transformações nos modos de vida, em especial nos últimos 100 anos. O perfil de vida da população foi influenciado pela globalização, resultando em um estilo de vida menos saudável, quadros de estresse, sedentarismo e alimentação inadequada, e como consequência, agravamento dos quadros de morbidades por causas evitáveis^[4,5,6]. Isso tem exigido políticas públicas voltadas à transformação desta realidade. A EAN representa uma importante ferramenta nesse processo. Isso, por ser um instrumento que busca a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, realiza ações educativas que dependem de um bom trabalho de equipe multiprofissional, do envolvimento da população de forma ativa, apoio estrutural da gestão e uma relação fortalecida pelo diálogo^[2].

No entanto, é imprescindível que as ações de EAN sejam articuladas entre diferentes setores, para que se torne possível produzir soluções

inovadoras quanto a melhoria e o fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Infelizmente na prática, essa integração por vezes depara-se com entraves na própria administração pública e seus agentes políticos^[7]. Há que considerar, também, que processos intersetoriais e participativos demandam investimento em planejamento e metodologias de trabalho não nascem espontaneamente. No mundo inteiro tem crescido discussões acerca de SAN, sendo um tema debatido na agenda pública dos países em desenvolvimento, bem como nos desenvolvidos, e um dos pilares dessa agenda é a EAN^[8].

Nesse sentido, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas^[1] criadas com o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação sobre as práticas educativas, propõe que as ações sejam consideradas pelos diversos setores desde a produção ao consumo de alimentos. Portanto, para cada um desses setores podem promover estratégias para garantir a segurança alimentar e nutricional^[9]. Essa abordagem toma como referência a educação crítica e problematizadora, na qual o educando e o educador constroem conhecimento a partir da realidade que se vive.

Paulo Freire^[10], em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, reflete acerca da relação entre educadores e educandos. O autor propõe que as práticas pedagógicas, promovam e desenvolvam a autonomia, a capacidade crítica e a valorização da cultura. O contributo de Freire^[10] inspirou novas perspectivas na educação em saúde e, conseqüentemente na elaboração do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas^[1].

Insegurança Alimentar, tema central nas questões alimentares demanda políticas públicas planejadas a partir de diálogos que superem as políticas setoriais. Contudo, há mais de duas

décadas, o Brasil tem empreendido esforços nesse sentido^[1]. O envolvimento dos diversos setores implicados, tais como: Saúde; Agricultura; Assistência Social e Educação foi um dos elementos-chave na conquista dos avanços em SAN tornando-se um importante avanço para a consolidação das políticas de SAN, apesar da atual estagnação em que o Brasil se encontra^[2]. Em que pese a desarticulação da Política de SAN no nível nacional, os processos locais continuam ativos em muitos municípios do país^[3].

O *locus* deste trabalho foi o município de Lauro de Freitas – BA, Região Metropolitana de Salvador. Município em franco crescimento, onde a sua urbanização tem relação com o crescimento da maioria das cidades brasileiras que compõe a rede urbana, transformando os espaços urbanos, tanto do ponto de vista físico quanto social. A situação socioeconômica está ligada à capital do estado da Bahia, Salvador, e o seu maior complexo industrial, em Camaçari^[4].

O município vem melhorando, em termos numéricos, os seus indicadores de educação, longevidade e renda, porém ainda necessita de atenção para esses setores e na saúde^[4]. Além disso, a grande densidade demográfica nos bairros vem requisitando melhoria na infraestrutura urbana e na prestação de serviços públicos para as comunidades^[5].

A Prefeitura de Lauro de Freitas, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania/Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN), realiza práticas de EAN visando assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e a promoção da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Ressalta-se que o nutricionista além de integrar e participar das ações no DESAN, configura-se como profissional norteador de tais práticas.

O nutricionista tem um papel fundamental frente às ações de EAN, articulando e promovendo estratégias que possam contribuir para melhoria da qualidade de vida da população^[6]. Nos últimos anos, o DESAN acumulou muitos materiais informativos, muitas vivências, fazendo com que essas práticas devessem ser socializadas. De outro lado, viu-se a necessidade de realizar uma reflexão sobre essas

vivências frente ao Marco de Referência de EAN como forma de auto avaliação do trabalho desenvolvido. Desta forma, o presente artigo se propõe apresentar a experiência vivenciada com a realização de ações de EAN nos equipamentos públicos de Lauro de Freitas – BA, buscando tecer uma reflexão crítica dessa prática frente às diretrizes do Marco de Referência para EAN no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso, do tipo relato de experiência, com base em vivências e pesquisa documental, como matérias publicadas no *site* da prefeitura, *blogs* locais, relatórios e registros fotográficos que deram origem às informações sobre as práticas de EAN nos equipamentos públicos do município de Lauro de Freitas-Ba. Como referenciais de análise para esse trabalho utilizou-se o Marco de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas^[1], Paulo Freire^[10] e o Guia Alimentar para População Brasileira^[17].

O estudo foi realizado no município de Lauro de Freitas, criado pela Lei Estadual nº 1.753 de 27/07/1962, pertencente ao território de Identidade Metropolitano de Salvador. O município tem uma área total de 57,7 km², dista 14 km de Salvador, capital do Estado da Bahia. De acordo com Censo Demográfico 2010, Lauro de Freitas possuía 163.449 habitantes. Sua densidade demográfica era de 2.833,43 habitantes/km², a segunda maior do estado e 41^o do país. Em relação à situação do domicílio, 163.449 habitantes residiam em áreas urbanas, perfazendo um grau de urbanização de 100%^[18].

De acordo com o IBGE^[19], ao mencionar as informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), indicou-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município de Lauro de Freitas aumentou de 0,616, em 2000, para 0,754, em 2010. O referido município foi considerado o 2^o município com o maior IDH no estado da Bahia, e o 467^o no Brasil, considerando uma totalidade de 5565 municípios. Vale ressaltar que o IDH é sintetizado por três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, sendo que quanto

mais próximo de 1 (um) for o valor do IDH, maior será o nível de desenvolvimento da cidade.

As atividades de EAN foram realizadas pelo Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEMDESC) de Lauro de Freitas, no decorrer dos anos de 2018 e 2019, totalizando 18 meses.

Os equipamentos e projetos de SAN onde as atividades se desenvolveram foram: Restaurante Popular; Cozinha Comunitária; Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN) e Projeto Feira Livre da Agricultura Familiar, tendo oportunidade de atuar também em equipamentos da Assistência Social como: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV); Entidades de Assistência Social Privadas sem fins lucrativos, e em outros setores públicos como: Escolas Municipais; Programa de Saúde da Família (PSF), e setor privado: faculdade.

A nutricionista, autora deste trabalho e protagonista das ações aqui relatadas iniciou sua atuação na promoção de Educação Alimentar e Nutricional no município em 2013, nesse período compondo a equipe do Núcleo de Apoio de Saúde da Família (NASF) pela Secretária de Saúde, até o ano de 2016. No ano consecutivo houve oportunidade de desenvolver ações na área da Assistência Social atuando no DESAN, com novas possibilidades de ampliar as práticas de Educação nos setores públicos, conforme será descrito nesse trabalho.

As ações foram executadas entre duas e três vezes por semana, na maioria das vezes em dias alternados, nos períodos matutino e vespertino, com a participação de acadêmicos do curso de Nutrição, do 7º e 8º semestre, que cursavam o estágio curricular em “Saúde Coletiva”.

Estratégia de trabalho do DESAN

O planejamento das ações acontecia anualmente, de forma flexível, adequada as pessoas, ao local e ao recurso disponível. Sempre que

possível, atendeu-se a demandas espontâneas que surgiam. A transversalidade com outros setores da gestão era uma das prioridades, com ações permanentes, em que o processo educativo acontecia de maneira dinâmica e bilateral, onde educadora e educando aprendiam um com o outro. Sempre que possível, as atividades eram avaliadas, para nas próximas ações incorporar inovações.

As ações tinham como objetivo a contribuição para a promoção de alimentação saudável, priorizando os ambientes institucionais e os setores públicos, cujo propósito voltava-se à educação, no que se refere ao autocuidado e um consumo alimentar sustentável.

Registro e sistematização das atividades

Eram coletados dados dos participantes e registros fotográficos (preservando a identidade das pessoas). Foram elaborados relatórios mensais de prestação de contas e algumas ações publicadas no *site* oficial da Prefeitura de Lauro de Freitas e *Blogs* locais, a fim de ampliar o trabalho da SAN no município.

Para extrair os dados dos documentos de base³, foram lançadas todas as ações de EAN no *Microsoft Excel*, identificando em cada ação as seguintes categorias de análises das ações: temática; equipamentos; objetivo; público e metodologia. Para efeito de análise os dados obtidos de cada uma das categorias foram classificados e representados em tabela e gráficos.

Em tempo, os resultados foram analisados a partir do Marco de Referência de EAN, sendo que, os nove princípios norteadores desse material, serviram de base para discussão desse trabalho, sendo estes: Sustentabilidade social, ambiental e econômica; Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; A comida e o alimento como referências, valorização da culinária enquanto prática emancipatória; A promoção do autocuidado e autonomia; A Educação enquanto processo

³ Considera-se como documentos de base os relatórios elaborados tendo por base as ações realizadas.

permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; A diversidade nos cenários de prática; Intersetorialidade e; Planejamento, avaliação e monitoramento das ações^[1].

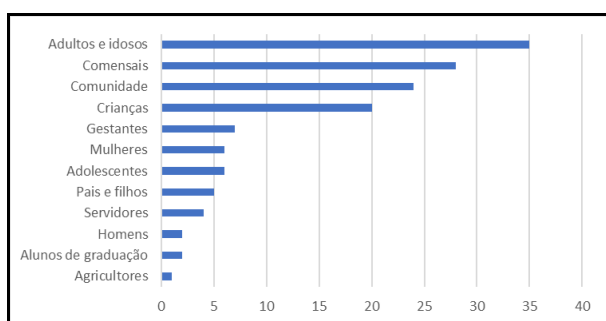
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público-alvo das ações de EAN de acordo com as demandas espontâneas, caracterizava-se pela diversidade, em sua maioria, por pessoas em vulnerabilidade social, o que tornou as atividades fundamentais na contribuição da promoção de saúde, no período.

As atividades de EAN realizadas entre 2018 e 2019 perfizeram um total de 140 ações, contemplando 4250 participantes. Conforme mostrado na Figura 1, que expressa o número de ações de acordo com o público etário, predominou a participação de adultos e idosos. Em contrapartida, os agricultores representaram o grupamento com menor alcance das ações de EAN. Esses resultados apontam para a necessidade de priorizar os agricultores em futuras ações.

As programações seguiam o calendário anual de datas da Saúde. Todavia, demandas espontâneas dos equipamentos públicos e outras necessidades da população ensejavam a realização de atividades complementares. As ações realizadas tratavam de assuntos diversificados relacionados às temáticas (Tabela 1).

Figura 1. Público das ações de Educação Alimentar e Nutricional, Lauro de Freitas – BA, 2018-2019



Fonte: Elaborado pelas autoras

Tabela 1. Número de ações por temática, objetivo e metodologia. Lauro de Freitas – BA, 2018-2019

| TEMÁTICA | n | Frequência (%) |
|--|----------|-----------------------|
| Práticas dietéticas contextualizada da realidade | 16 | 11,4 |
| Antropometria e aconselhamento nutricional | 23 | 16,4 |
| Prevenção de doenças crônicas | 38 | 27,2 |
| Alimentação nos diferentes ciclos da vida | 63 | 45,0 |
| OBJETIVO | n | % |
| Desenvolvimento de habilidades | 16 | 11,4 |
| Informações científicas | 23 | 16,4 |
| Avaliação e aconselhamento | 28 | 20,0 |
| Troca de saber | 73 | 52,2 |
| METODOLOGIA | n | % |
| Aula prática | 1 | 0,7 |
| Panfletagem | 5 | 3,6 |
| Teatro | 5 | 3,6 |
| Palestra com dinâmica | 8 | 5,7 |
| Documentário e debates | 9 | 6,4 |
| Exposição de alimentos com degustação | 9 | 6,4 |
| Palestra | 11 | 7,9 |
| Roda de conversa | 11 | 7,9 |
| Prática culinária | 17 | 12,1 |
| Dinâmica com alimentos | 17 | 12,1 |
| Exposição de alimentos | 20 | 14,3 |
| Avaliação nutricional e orientação | 27 | 19,3 |

Fonte: Elaborada pelas autoras

Dentre os métodos de ensino utilizados incluíram-se expositivos-dialógicos, oficinas culinárias, práticas de análise sensorial, dinâmicas, teatro, de modo que o processo educativo acontecesse de maneira dinâmica e participativa. Em todas as atividades utilizou-se o Marco como referencial de segurança alimentar e nutricional e os métodos de ensino ativos e participativos.

Foram elaborados materiais para efetivação das ações, tais como cartazes, *folders*, orientações nutricionais, livro de receitas, entre outros materiais manuais, assim como placas para exposição de alimentos. Nas oficinas e em algumas exposições de alimentos, de alimentos foram ofertadas preparações culinárias para degustação, de acordo

com o tema proposto. Ao final, os participantes receberam *folders*, livro de receitas, com preparações realizadas ao longo da atividade, para que eles pudessem reproduzi-las nas suas residências.

Os princípios do Marco de Referência de EAN foram abordados nesse trabalho, lembrando que, apesar de trazer para cada princípio a discussão de uma ação, na prática, uma ação pode materializar mais de um princípio. No entanto, por vezes, é um desafio associar o princípio com uma situação prática da nossa realidade.

Na sequência, para efeito de análise, cada princípio do Marco de Referência será discutido, associando-os às ações realizadas.

Quando se aborda a alimentação saudável é imprescindível enxergar o mundo sob o prisma da sustentabilidade. Esta realidade encontra-se no princípio I do marco de referência de SAN. Mas vale ressaltar que, este princípio, não limita a ideia de sustentabilidade à temática ambiental, mas abrange a ideia de sustentabilidade nos meios sociais, relações humanas e econômicas, envolvidas em todas as etapas do sistema alimentar, tal como está no marco de referência.

Assim, a EAN quando promove a alimentação saudável refere-se à satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos e populações, no curto e no longo prazo, que não implique o sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis e que envolva relações econômicas e sociais estabelecidas a partir dos parâmetros da ética, da justiça, da equidade e da soberania^[1].

Existem inúmeras possibilidades de planejar ações em EAN a partir desse princípio, como exemplo podem ser citadas as ações que foram realizadas na Feira Livre de agricultura familiar. As atividades foram desenvolvidas com objetivo de “Troca de saber” por meio de mesa de exposição e diálogos. Nas feiras livres, que aconteciam às sextas-feiras, a ideia era criar espaços para valorização da agricultura local e incentivo ao consumo dos produtos advindos da agroecologia. As experiências exitosas não diminuem a necessidade de mais incentivos assistenciais aos agricultores. Espaços como estes, além de ter sua produção em moldes sustentáveis, oferecem preços acessíveis devido a sua venda direta e ao encurtamento das distâncias entre produção e consumo, tornando-se imprescindíveis para os consumidores que buscam produtos locais de qualidade e preço acessível. As feiras livres buscam a valorização do produtor e da produção agrícola local, contribuindo diretamente com a melhoria dos seus rendimentos.

O princípio II do Marco de Referência, que trata a abordagem do sistema alimentar norteou as experiências nos equipamentos públicos, desenvolvendo a compreensão que a prática alimentar saudável não se limita apenas ao ato de comer, mas envolve desde os meios de

produção, forma de processamento, abastecimento, comercialização, distribuição, até a geração e destinação de resíduos. Tal princípio e as ações oriundas deste são abordadas por Magalhães e Porte^[20], ao reforçar que as recomendações sobre alimentação devem levar em conta o impacto das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade do ambiente.

Ao pensar que o desperdício de alimentos e o destino de resíduos de produção são parte do sistema alimentar pode-se desenvolver ações sobre como aproveitar os alimentos na sua integralidade. Para tal consecução, utilizou-se de exposições de alimentos e orientações, com objetivo de estimular a população a repensar suas decisões nos momentos de suas escolhas alimentares. Apesar de abordar diversos pontos do sistema alimentar, as atividades não aludiram o tema de forma sistêmica. Deste modo, algumas dimensões não foram discutidas, como no caso dos aspectos voltados ao clima e meio ambiente. O principal foco foi dado ao ambiente alimentar como um dos componentes dos sistemas. As escolhas alimentares no decorrer dos anos têm passado por mudanças, influenciadas pelas transformações sociais, industrialização e os rebatimentos da globalização^[21,22]. Neste contexto, a população contemporânea tem considerado a cultura alimentar regional como algo ultrapassado e, conseqüentemente, associam a alimentação industrializada com a modernidade; desta forma, vêm se perdendo o vínculo com a cultura alimentar local^[23].

Para tratar esse tema, o Marco de Referência aborda no princípio III, a valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos sabores de diferentes naturezas. Valorizar a cultura alimentar é sinônimo de respeito, resgatar essa cultura é reconhecer a importância da história local. Adotando sua importância, foram realizadas ações que valorizassem a culinária regional, por meio de roda de conversas e exposição de alimentos com degustações de pratos típicos, no Restaurante Popular do município. Ações como essas, além de valorizar a cultura gastronômica local, promovem o compartilhamento de dicas e receitas de como aproveitar melhor os alimentos regionais.

O princípio IV do Marco, aborda a comida e o alimento como referências, valoriza a culinária enquanto prática emancipatória. Nós, seres humanos, diferentemente dos demais seres vivos, não nos alimentamos apenas com o intuito de suprir as necessidades nutricionais, e sim, motivados por prazer e aspectos simbólicos. Corrêa, Cardoso e Silva^[24] defendem essa mesma ideia, considerando que o alimento além do seu aspecto nutricional, precisa ser apresentado como um meio de manifestação de cultura e identidade. Nesse sentido, foram planejadas ações de valorização da comida e alimento como referência.

Práticas culinárias por meio de implementação de oficinas foram executadas, com

objetivo de compartilhar novas técnicas alimentares que pudessem desenvolver nas pessoas o desejo de consumir o alimento, não por ser apenas saudável, mas primeiro, por ser um alimento que pudesse levar o prazer ao comê-lo. Oficinas de saladas com decorações de pratos e molhos foram desenvolvidas para um grupo de mulheres, do PSF, em parceria com a faculdade UNIME (Imagem 1). As participantes conheceram novas técnicas, tornando possíveis combinações e sabores. Com isso, criou-se no indivíduo um espírito de independência quanto à possibilidade de preparo de seu próprio alimento, fortalecendo o IV princípio do Marco de Referência.

Imagem 1. Oficina de Saladas, Lauro de Freitas – BA, 2018-2019



Fonte: Registrado pelas autoras

A promoção do autocuidado e da autonomia norteiam o V princípio do Marco de Referência. Para Oliveira^[25], para que o autocuidado seja adotado há necessidade de uma ampla oferta de ações que promovam a qualidade de vida dos indivíduos, resultando no envelhecimento ativo e saudável. Nessa perspectiva, as ações em Lauro de Freitas, além de promoverem a qualidade de vida, contribuíram para que os indivíduos ampliassem a visão sobre a EAN, não tornando-se apenas futuros reprodutores de informações, mas protagonistas das suas decisões que, sofrem influências ambientais, socioculturais e individuais. As dinâmicas de alimentos e oficinas culinárias (Imagem 1) objetivaram inserir os indivíduos nas suas próprias

transformações e o autocuidado. As ações o município de Lauro de Freitas, foram consideráveis para que pudessem aprender a combinar os alimentos, priorizar as cores, grupos alimentares e forma de preparo que valorizassem práticas saudáveis.

O Princípio VI apresenta a educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia, participação ativa e informada dos sujeitos. O próprio Marco de Referência estabelece que a EAN deve ampliar a sua abordagem para além da transmissão de conhecimento, criando oportunidades de reflexões sobre as situações cotidianas e busca de soluções^[1]. A partir deste

princípio, foram desenvolvidas metodologias adotando-se documentários e debates, como já descrito na Tabela 1. Vídeos foram transmitidos em uma sala de formação para os frequentadores do Restaurante Popular, de igual modo, para as crianças e pais no SCFV.

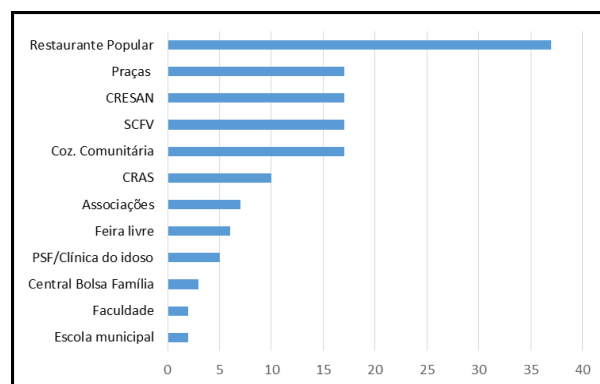
A influência do *marketing* nos hábitos alimentares da população foi um dos temas mais trabalhados, transmitido por meio dos documentários “Muito além do peso”⁴ e “Alimentação infantil”⁵. Ao final, todos tiveram a oportunidade de participar das discussões a respeito do tema. Vale ressaltar, que essas intervenções educativas facilitam o diálogo em torno do conteúdo estabelecido e são fundamentais para desenvolver a autoaprendizagem e o senso crítico no indivíduo, para que não venha ser influenciado pela publicidade de indústrias alimentícias, por exemplo. Ainda sobre o processo educativo, Ferreira, Machado e Silva^[26] afirmam que o aprendizado voltado para a melhora da qualidade de vida só é possível quando o ambiente educativo funciona como lugar de encontro, de experiências e de conhecimentos. Paulo Freire^[10] alegou em sua teoria que o ato de ouvir os participantes e compreender suas opiniões fazem parte do processo educativo:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando dos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele^[10].

A diversidade nos cenários de prática, abarcadas no VII princípio do Marco, propõe que as estratégias e os conteúdos de EAN devem ser desenvolvidos de maneira coordenada utilizando abordagens que se complementem de forma harmônica e sistêmica. Contudo, a EAN, pode e deve se moldar ao meio que está inserida, pois a mesma pode ser trabalhada em diversos ambientes

sociais. A Figura 2, indica os diversos espaços que foram desenvolvidas as estratégias de EAN durante o período do estudo. Desta maneira, infere-se que o presente trabalho parece ter contribuído para a promoção da EAN em diferentes grupos, graças a descentralização das ações em espaços situados em diferentes bairros do município e contextos socioeconômicos. A partir dos dados identificou-se que o Restaurante Popular foi o equipamento público que mais recebeu as ações de EAN, enquanto os espaços educacionais foram os que menos receberam. Isso era esperado porque este equipamento faz parte do departamento promotor das ações.

Figura 2. Número de ações em espaços de práticas de Educação Alimentar e Nutricional, Lauro de Freitas – BA, 2018-2019



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A intersetorialidade, na condição do VIII princípio, aborda o envolvimento do trabalho de múltiplos setores governamentais a fim de se garantir a alimentação saudável e qualidade de vida realizados de maneira conjunta. Henrique^[27] conclui que interações que resultem em relações cooperativas e coordenadas entre atores organizacionais são necessárias à efetividade de uma ação pública.

Para que seja possível efetivar a intersetorialidade nas ações no município de Lauro de Freitas, seria necessária a construção dessas ações de forma coletiva, com troca de ideias e envolvimento dos diversos setores governamentais. Entretanto, mesmo com as ações integradas entre secretarias, o processo de construção era sempre executado pelos profissionais do DESAN, com exceção das ações que foram realizadas em uma escola municipal, no bairro de Itinga, construídas

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=StuTFffqD7E>. Acesso em 2018 abr 3.

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qCaoBB_bu6Y. Acesso em 2018 abr 3.

efetivamente de forma intersetorial, por meio de diálogo e planejamento entre os profissionais das duas secretarias: Assistência Social e Educação. Palestras foram realizadas sobre alimentação saudável na adolescência, mesa de exposição de alimentos industrializados com os seus respectivos teores de açúcar e sal, e encenações sobre o tema, desenvolvidas para os alunos da 6ª e 7ª séries do ensino fundamental, do turno matutino e vespertino. Salienta-se que o processo de construção dessas ações aconteceu semanas antes do início das atividades.

Por sua vez, o IX princípio estabelece que o planejamento, avaliação e monitoramento das ações são imprescindíveis para a manutenção dos ensinamentos da EAN. Contudo, para a real efetividade dessas etapas, é fundamental o envolvimento e interesse tanto dos profissionais quanto do indivíduo ou grupo inseridos nas estratégias. Foi possível planejar as ações mensalmente, mas não de maneira intersetorial como era desejado. O ideal seria a realização de todas as etapas conforme orienta o princípio IX:

Planejamento, compreendido como um processo organizado de diagnóstico, identificação de prioridades, elaboração de objetivos e estratégias para alcançá-los, desenvolvimento de instrumentos de ação, previsão de custos e recursos necessários, detalhamento de plano de trabalho, definição de responsabilidade e parcerias, definição de indicadores de processo e resultados^[1].

Estes são critérios fundamentais para realizar um diagnóstico local, visto que através destes as ações podem ser empenhadas de forma específica e personalizada, com claros objetivos, traçados sob as reais necessidades de um indivíduo, grupo ou comunidade. Talvez a única ação que conseguiu contemplar a maioria dos critérios desse princípio, tenha sido aquela desenvolvida com o Grupo de Convivência de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN), realizada no CRESAN, implantado em setembro de 2019, com a efetivação de duas edições, sendo que, cada edição tinha um encontro semanal, no período de 4 semanas, na primeira edição e 5 semanas, na segunda. Durante esta atividade, os participantes puderam detalhar seus objetivos e suas necessidades, com possibilidades de desenvolverem suas trajetórias e melhorias das práticas alimentares.

Neste trabalho foram discutidas as ações frente ao Marco de Referência, mas uma outra ferramenta de grande importância, que não pode deixar de ser citada, é o Guia Alimentar para População Brasileira^[17], fundamental para as práticas de EAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada mostrou que é possível aplicar o Marco de Referência na prática de trabalho. Todas as diretrizes apresentadas nesse documento de fato são factíveis, porém, só serão aplicáveis se o município fornecer condições para tal. Vê-se que em Lauro de Freitas essas condições foram reunidas, mas alguns passos ainda precisam ser dados, como o fortalecimento das ações intersetoriais.

As atividades realizadas cumpriram seus objetivos frente às diretrizes do Marco de Referência, principalmente no que se referiu a diversidade nos cenários de práticas. As ações estiveram presentes nos diversos espaços sociais, diferentes grupos populacionais, metodologias e temáticas. Foi fundamental trabalhar, junto com a população, as habilidades para identificar suas necessidades básicas e atendê-las com satisfação por meio de conhecimento, comportamentos, práticas e atitudes.

A partir de tal experiência se pode concluir que o Marco de Referência é uma ferramenta colaborativa e norteadora para suporte nas ações em EAN. Foi possível alcançar resultados positivos nos diversos cenários de prática. Percebeu-se o quanto é importante a reflexão sobre práticas comunitárias de EAN, o que deve ser feito de forma contínua e permanente, para seu próprio aprimoramento.

AGRADECIMENTO

À Prefeitura de Lauro de Freitas – BA, pela oportunidade de realizar esse trabalho e por apoiar as ações de Educação Alimentar e Nutricional no município.

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar

REFERÊNCIAS

- [1] Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas [internet]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2012. [acesso em 2021 jan 9]. Disponível em: <http://www.consed.org.br/media/download/54b65ffe2730b.pdf>
- [2] Vieira MSN, Matias KK, Queiroz MG. Educação em saúde na rede municipal de saúde: práticas de nutricionistas. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2021;26:455-464. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.41062020>
- [3] Bezerra RKC. Educação Alimentar e Nutricional no âmbito da Estratégia Saúde da Família: uma revisão integrativa [internet]. *Revista Sítio Novo*. 2020 [acesso em 2021 mar 03];256-264. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/627>
- [4] Berbigier MC, Ramos Magalhães C. Estado nutricional e hábito alimentar de estudantes universitários em Instituição Pública do Brasil. *Saúde e Pesquisa*. 2021;14(1):51-64. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2021v14n1.e8767>
- [5] Dias PC, Henriques P, Ferreira DM, Barbosa RMS, Soares DSB, Luquez TMDS, Feijão MD, Burlandy L. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas: o dilema entre a suplementação nutricional e a promoção da alimentação saudável em escolas. *Cadernos de Saúde Pública*. 2019;34(12). DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00035218>
- [6] Araújo ML. Repercussão da segurança alimentar e nutricional sobre o consumo de frutas e hortaliças [dissertação] [internet]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 2016 [acesso em 2021 abr 10]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/ANDO-A9MPZA>
- [7] Guimarães LMB, Silva, SJ. I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial. *Serviço Social & Sociedade*. 2020; 137. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.2020>
- [8] Falçoni SFS, Campos MM, Rocha DF. Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito local: estudo e análise do caso de Campos dos Goytacazes. In: *Anais do 16ª Seminário de Integração*, 2017, Rio de Janeiro. 2017.
- [9] Dias PC, Henriques P, Anjos LAD, Burlandy L. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*. 2017;33(7). DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00006016>
- [10] Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.
- [11] Castro IRR. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*. 2019;35(2). DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>
- [12] Bezerra MS, Jacob MCM, Ferreira MAF, Vale D, Mirabal IRB, Lyra CDO. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2020;25:3833-3846. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>
- [13] Amorim ALBD, Ribeiro JRS, Bandoni DH. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Adm. Pub*. 2020;54(4):1134-1145. DOI: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200349>
- [14] Silva VGC. Interferência do uso e ocupação do solo urbano na qualidade ambiental do Rio Sapato, Lauro de Freitas, Bahia [dissertação] [internet]. Salvador: Universidade Católica do Salvador; 2020 [acesso em 2021 mai 25]. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/handle/prefix/1601>
- [15] Sousa ALS. Os impactos da ocupação do comércio informal em praças públicas: um olhar a partir da praça do caranguejo em Lauro de Freitas/Ba [dissertação]. Salvador: Universidade Salvador UNIFACS; 2021.
- [16] Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências [Internet]. Diário Oficial da

República Federativa do Brasil. 2018 abr. 20 [acesso em 2021 jun 9]. Disponível em: <http://www.imprensanacional.gov.br>

[18] Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Perfil socioeconômico do Município de Lauro de Freitas [internet]. 2021 [acesso em 2021 jun 15]. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>

[19] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades – Lauro de Freitas: panorama [internet]. 2021 [acesso em 2021 jan 16]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lauro-de-freitas/panorama>

[20] Magalhães HHSR, Porte LHM. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. *Ciência & Educação*. 2019;25(1):131-144. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320190010009>

[21] Santos APM, Bergold LB. Oficinas musicais: a utilização do lúdico e da música para educação alimentar e nutricional com escolares *Revista da Associação Brasileira de Nutrição – Rasbran* [internet]. 2018 [acesso em 2021 jun 14];2:87-92. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/855/213>

[22] Meyer KA, Taillie LS. Ingestão de alimentos ultraprocessados entre jovens dos EUA: preocupações com a saúde e oportunidades para pesquisa e política. *JAMA* [internet]. 2021 [acesso em 2021 nov 8];326(6):485-487. DOI: <https://doi.org/10.1001/jama.2021.9845>

[23] Silva EO, Amparo-Santos L, Soares, MD Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. *Cadernos de Saúde Pública*. 2018;34(4). DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00142617>

[24] Corrêa NAF, Cardoso LFC, Silva HP. Comida de Quilombo na Merenda Escolar: interfaces entre a cultura alimentar e o programa nacional de alimentação escolar. *Amazônica*. *Revista de Antropologia* [internet]. 2020 [acesso em 2021 abr 10];12(1):145-163. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8497>.

[25] Oliveira FA, Sousa FS, Cavalcante SL, Couto ARM, de Almeida ANS, Branco MFCC. Atividades de educação em saúde realizadas com grupo de idosas para promoção do autocuidado em saúde. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*. 2018;15(28):137-150. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2018v15n28p137>

[26] Ferreira AV, Machado JA, Silva TL. Práticas socioeducativas na educação não escolar: entre a dialogicidade de Paulo Freire e a convivência de Xesús Jares. *Revista @mbienteeducação*. 2019;12(1):10-23. DOI: <https://doi.org/10.26843/ae19828632v12n12019p10a23>

[27] Henrique FCS. Intersetorialidade na implementação de programas sociais na área de Segurança Alimentar e Nutricional: um estudo sobre arranjos institucionais em municípios de pequeno porte do estado da Bahia [tese] [internet]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; 2016 [acesso em 2021 abr 12]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br>